

3. Responsável pela Lavratura

NOME:	MATRÍCULA:
CARGO / FUNÇÃO:	UNIDADE DE LOTAÇÃO:
LOCAL / DATA:	ASSINATURA:

4. Ciência do Servidor Envolvido

Eu, _____, declaro-me ciente da descrição da ocorrência acima e de que me é facultado apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da presente data, manifestação escrita com os documentos que entender pertinentes e/ou realizar o ressarcimento ao erário correspondente ao prejuízo causado.

LOCAL:	DATA:
	/ /
ASSINATURA:	

5. Parecer do Responsável pela Lavratura

O servidor envolvido apresentou:
 MANIFESTAÇÃO ESCRITA: () SIM () NÃO
 RESSARCIMENTO AO ERÁRIO: () SIM () NÃO
 ANÁLISE: _____

ABERTURA DE PRAZO PARA EFETUAR O RESSARCIMENTO
 (preencher somente em caso de conduta culposa do servidor envolvido e de não ter ocorrido o ressarcimento no prazo concedido no item 4 acima)
 Em razão do exposto, ofereço ao servidor envolvido a oportunidade de efetuar o ressarcimento ao erário correspondente ao prejuízo causado, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da presente data, nos termos do art. 4º, da Resolução nº _____/2018.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE:	ASSINATURA DO SERVIDOR ENVOLVIDO	DATA
		/ /

6. Conclusão do Responsável pela Lavratura

() O fato descrito acima que ocasionou o extravio/dano ao bem público indica a responsabilidade de pessoa jurídica decorrente de contrato celebrado com a Administração Pública, de modo que se recomenda o encaminhamento destes autos ao fiscal do contrato administrativo para que adote as providências necessárias ao ressarcimento do valor do bem extraviado/danificado, de acordo com a forma avençada no instrumento contratual e conforme a legislação pertinente.
 () O fato descrito acima que ocasionou o extravio/dano ao bem público decorreu do uso regular deste e/ou de fatores que independeram da ação do agente, de modo que se recomenda o encerramento da presente apuração e o encaminhamento destes autos ao setor responsável pela gerência de bens e materiais para prosseguimento quanto aos demais controles patrimoniais internos.
 () O extravio/dano ao bem público descrito acima apresenta indícios de conduta dolosa do servidor público envolvido, de modo que se recomenda a apuração de sua responsabilidade funcional na forma definida pela Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994.
 () O extravio/dano ao bem público descrito acima resultou de conduta culposa do servidor público envolvido, contudo este não realizou o adequado ressarcimento ao erário correspondente ao prejuízo causado, de modo que se recomenda a apuração de sua responsabilidade funcional na forma definida pela Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994.
 () O extravio/dano ao bem público descrito acima resultou de conduta culposa do servidor público envolvido, contudo recomenda-se o arquivamento dos presentes autos em razão de o servidor ter promovido o adequado ressarcimento do prejuízo causado ao erário por meio de:
 Pagamento.
 Entrega de um bem de características iguais ou superiores ao danificado ou extraviado.
 Pagamento pela prestação de serviço que restituiu ao bem danificado as condições anteriores.

Diante do exposto e de acordo com o previsto na Resolução nº _____/2018 que instituiu o Termo Circunstanciado Administrativo, remeto os autos para decisão a ser proferida pelo(a) Secretário(a) de Administração do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

NOME:	MATRÍCULA:
LOCAL / DATA:	ASSINATURA:

7. Decisão do(a) Secretário(a) de Administração

() ACOLHO a proposta elaborada ao final deste Termo Circunstanciado Administrativo. Encaminhem-se os presentes autos ao (à) _____ para atendimento da recomendação feita.
 () REJEITO a proposta elaborada ao final deste Termo Circunstanciado Administrativo, conforme motivos expostos no despacho de fls. _____.

NOME:	MATRÍCULA:
CARGO:	
LOCAL / DATA:	ASSINATURA: